



Comunicado de Imprensa n.º 16/549 (P)
PARA DIVULGAÇÃO IMEDIATA
9 de dezembro de 2016

Fundo Monetário Internacional
700 19th Street, NW
Washington, D.C. 20431 EUA

Conselho de Administração do FMI conclui segunda avaliação do Acordo ECF para São Tomé e Príncipe e aprova desembolso de USD 0,9 milhões

O Conselho de Administração do Fundo Monetário Internacional (FMI) concluiu hoje a segunda avaliação do programa económico de São Tomé e Príncipe apoiado pela Facilidade de Crédito Alargado (ECF)¹. A conclusão desta avaliação permite o desembolso imediato de DSE 634.285 (cerca de USD 0,9 milhões), perfazendo um total de DSE 1,9 milhões (cerca de USD 2,6 milhões) em desembolsos ao abrigo do acordo.

O Conselho de Administração aprovou também o pedido das autoridades de dispensa do cumprimento dos critérios de desempenho para o final de junho de 2016 sobre o défice primário interno e as reservas internacionais líquidas, com base nas medidas corretivas introduzidas pelas autoridades. O Conselho aprovou ainda a modificação da meta para o final de dezembro sobre as reservas internacionais líquidas e novas metas do programa para 2017.

O acordo ECF de três anos para São Tomé e Príncipe, no montante de DSE 4,44 milhões (cerca de USD 6,2 milhões, ou 60% da quota do país aquando da aprovação do acordo), tem como objetivo apoiar o programa de reforma económica do governo, que visa o crescimento acrescido e mais inclusivo. O acordo foi aprovado a 13 de julho de 2015 (ver [Comunicado de Imprensa n.º 15/336](#)).

O Subdiretor-Geral e presidente em exercício do Conselho, Sr. Mitsuhiro Furusawa, fez o seguinte pronunciamento ao término das discussões:

“O crescimento de São Tomé e Príncipe tem sido moderado, embora ainda positivo, como reflexo dos atrasos no financiamento externo que afetaram os gastos em importantes projetos

¹ O ECF é um acordo de empréstimo que proporciona um compromisso programático sustentado de médio e longo prazos em caso de problemas prolongados na balança de pagamentos.

de investimento impulsores do crescimento. As perspectivas macroeconómicas são favoráveis, mas deve-se continuar a atentar para as questões de sustentabilidade orçamental e da dívida, que são essenciais para manter um equilíbrio delicado entre a realização de gastos que estimulem o crescimento e a manutenção da estabilidade macroeconómica.

O desempenho recente no âmbito do programa apoiado pelo acordo ECF foi desigual. Embora a reforma de agendas estruturais esteja a ser cumprida na generalidade – com a exceção do atraso na implementação do mecanismo automático de ajuste dos preços dos combustíveis –, houve algumas derrapagens devido aos atrasos no desembolso do financiamento externo, o que resultou no incumprimento dos critérios de desempenho do final de junho de 2016 relativos ao saldo primário interno e às reservas internacionais líquidas. De referir, porém, que as autoridades tomaram medidas corretivas para manter o programa orçamental do final de 2016 no caminho certo.

A introdução do mecanismo automático de ajuste dos preços dos combustíveis no final de novembro de 2016 deve ajudar a resolver os problemas antigos de atrasados, bem como impedir a acumulação de novos atrasados internos e apoiar os esforços de consolidação orçamental das autoridades. Para além disso, as reformas planeadas no setor energético para reduzir custos e aumentar a eficiência serão fundamentais para continuar a fortalecer as finanças públicas e incentivar a participação do setor privado.

As vulnerabilidades da banca ainda são um motivo de preocupação. É importante que as autoridades prossigam na implementação da estratégia para reduzir o grande stock de créditos malparados, com base numa avaliação completa da qualidade dos ativos. Devem também fazer avançar as medidas para reformar os regimes de cumprimento dos contratos de dívida, insolvências e acordos extrajudiciais, e melhorar a capacidade operacional dos bancos. No que respeita ao processo de liquidação do Banco Equador, é importante ter devidamente em conta a salvaguarda da estabilidade financeira e a minimização dos custos para o orçamento.

O comprometimento contínuo das autoridades com a agenda de reformas estruturais, que prioriza a diversificação e a competitividade de custos das exportações, é importante para apoiar o crescimento e a estabilidade externa.”